



**29 DE MAIO DE 2015**

**Sexta-feira**

- EXPORTAÇÕES DO PARANÁ PARA A ARGENTINA DESPENCAM 43%
- COM ESTOQUE PARADO, GM PLANEJA Esvaziar fábrica e demitir em SP
- ENDIVIDADA, A CSN PRECISA VENDER ATIVOS. DESAPEGA, BENJAMIN!
- O ENGENHEIRO QUE ABRIU O MERCADO AO FERRO DE MG
- COMPANHIA TEM UM QUARTO DA VENDA DE MINÉRIO AO PAÍS
- MONTADORAS SUSPENDEM A PRODUÇÃO EM JUNHO
- FIAT ANUNCIA MAIS DOIS PARQUES DE FORNECEDORES EM PERNAMBUCO
- BRASIL CAI DUAS POSIÇÕES EM RANKING DE COMPETITIVIDADE, SEU PIOR RESULTADO
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CAI EM ABRIL, APONTA ABIMAQ
- SENADO APROVA MP QUE ELEVA TRIBUTAÇÃO SOBRE IMPORTADOS
- ECONOMIA BRASILEIRA RECUA 0,2% NO 1º TRIMESTRE DE 2015
- AUTOPEÇA BRASILEIRA PERDE FATIA NA ARGENTINA PARA CONCORRÊNCIA ASIÁTICA
- ALCOA CELEBRA 50 ANOS NO BRASIL EM CENÁRIO ADVERSO
- GRUPO VW INVESTE US\$ 704 MILHÕES PARA AMPLIAR FÁBRICA NOS EUA
- AUDI TEM NOVO CENTRO DE TREINAMENTO
- MANIFESTAÇÕES CONTRA O AJUSTE OCORREM EM AO MENOS OITO ESTADOS
- USIMINAS QUER REDUZIR EM UM DIA JORNADA SEMANAL DE 3 MIL FUNCIONÁRIOS
- PRECARIZAÇÃO DO DEBATE
- BRASIL TERÁ QUE DOBRAR SISTEMA ELÉTRICO NOS PRÓXIMOS ANOS
- GOVERNO CENTRAL ACUMULA EM 2015 PIOR ECONOMIA FISCAL EM 14 ANOS

- FABRICANTE DE MOTOS ENFIELD MIRA NOVOS MERCADOS PARA ACELERAR CRESCIMENTO
- SANDVIK COROMANT ASSINA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM HANNA TOOLS
- CNI: 'INDÚSTRIA NÃO PODE SER SACRIFICADA PELO AJUSTE FISCAL'
- PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS FICAM 0,31% MAIS CAROS EM ABRIL, NA SAÍDA DAS FÁBRICAS
- QUASE 40 PAÍSES JÁ PROÍBEM DOAÇÕES DE EMPRESAS A CAMPANHAS POLÍTICAS
- NIPPON STEEL PLANEJA ELEVAR PREÇO DE VIGA DE AÇO EM JULHO, DIZ FONTE
- FEDERAÇÃO JAPONESA DE AÇO CORTA PROJEÇÃO DE PRODUÇÃO ANUAL NO PAÍS
- EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE AÇO CRESCE, MAS EXCEDENTE DE AÇO NO MUNDO PREOCUPA SETOR
- PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO SOBE COM QUEDA DE ESTOQUES NA CHINA
- NOVOS PROJETOS DE LEI

CÂMBIO EM 29/05/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,184	3,185
Euro	3,500	3,501

Fonte: BACEN

## Exportações do Paraná para a Argentina despencam 43%

29/05/2015- Fonte: Gazeta do Povo



As exportações do Paraná para a Argentina vêm derretendo desde o ano passado e o cenário de 2015 se projeta ainda pior.

De janeiro a abril, as vendas de empresas paranaenses para o país vizinho acumulam uma queda de 43% em comparação ao mesmo período de 2014.

A retração é tão forte que a Argentina deve perder neste ano o posto de segundo maior parceiro comercial do estado, posição a ser ocupada pelos Estados Unidos.

### **Câmbio**

A cotação média do dólar entre janeiro e abril, de R\$ 2,91, foi 24,8% mais alta que os quatro primeiros meses do ano passado (R\$ 2,33). Embora a alta da moeda americana favoreça os exportadores brasileiros, a taxa também ficou em bons patamares para outros países que concorrem diretamente com os produtos nacionais.

No fim, o principal fator de competitividade continua sendo o preço final e a forte alta dos custos de produção limitam o avanço da rentabilidade das empresas brasileiras.

Nos primeiros quatro meses do ano, as companhias com sede no Paraná faturaram US\$ 276,3 milhões em vendas para a Argentina, contra US\$ 484 milhões em 2013, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Para especialistas, o desempenho ruim do estado reflete o fato de o Brasil concentrar seus esforços de venda em um único parceiro, o Mercosul, que está em crise.

Com a impossibilidade de buscar recursos no mercado financeiro internacional, o governo de Cristina Kirchner tenta buscar o superávit primário fechando as portas para a importação.

“Como o país exporta principalmente commodities e passou por uma redução muito grande na safra no ano passado, só consegue gerar superávit segurando o que vem de fora”, aponta o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

Outro agravante é a série de acordos comerciais firmada recentemente entre argentinos e chineses para a compra de produtos manufaturados do país asiático.

“Esse acordo claramente infringe o Mercosul e o Brasil assiste a isso passivamente. Neste caso estamos sendo prejudicados duplamente. Pela redução das importações e com o desvio de comércio para a China”, diz Castro.

## ***Automóveis e máquinas***

Embora ainda seja o principal segmento exportador, a situação é pior para a cadeia que envolve as indústrias automotiva e de máquinas. Juntos, os grupos acumulam uma queda de 82% nas exportações para o país vizinho.

“O Mercosul passou a ser um entrave para a economia brasileira”, afirma o economista Francisco José Gouveia de Castro, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

Os embarques de veículos da Renault, por exemplo, caíram 57% nos primeiros quatro meses do ano em comparação com 2014. O principal comprador dessa produção é a Argentina. A montadora francesa instalada em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba, faturou US\$ 109,8 milhões no primeiro quadrimestre, ante US\$ 253,3 milhões no ano passado, em vendas para o exterior.

O acordo entre os dois países que regula as exportações automotivas vence em junho, mas deve ser renovado. No começo do mês, um encontro entre o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro Neto, e o ministro argentino da Economia, Axel Kicillof, sinalizou a intenção de prorrogação.

Os termos atuais do pacto comercial estabelecem que para cada US\$ 1,5 milhão em carros e peças vendidos para a Argentina sem imposto, o Brasil tem de comprar US\$ 1 milhão do país vizinho, também sem o tributo. É o chamado regime flex. O que passar disso tem alíquota de 35%. Segundo Monteiro Neto, a renovação deve ocorrer com os mesmos marcos.

## ***Embarques paranaenses para os Estados Unidos crescem 10%***

Entre os três principais mercados dos produtos paranaenses – China, Argentina e Estados Unidos –, o único que soma um aumento de 10% nos embarques do estado de janeiro a abril deste ano é o norte-americano.

O país comprou R\$ 232 milhões do Paraná no primeiro quadrimestre do ano. A cifra está cada vez mais próxima da Argentina que somou R\$ 276,3 milhões em operações com empresas do estado.

Diferentemente da China, os EUA são vistos como uma boa alternativa para a exportação de manufaturados.

“Como o Paraná é um estado que tem peso agrícola muito grande, a China continua sendo o primeiro destino, mas a tendência é que os Estados Unidos ultrapassem a Argentina como mercado destino. Essa é a tendência”, afirma o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

A alternativa para as empresas que vendiam para a Argentina é buscar novos mercados. Nesta semana, o governo brasileiro anunciou uma série de acordos que deve assinar com o México para expandir as exportações brasileiras.

## ***Outros compradores***

O economista do Ipardes Francisco José Gouveia de Castro diz não acreditar que haverá uma interferência significativa para os produtos locais. “O México está muito bem inserido no comércio com os Estados Unidos e Canadá. Acredito que a política de comércio internacional do Brasil deveria ter uma abrangência maior para mercados mais desenvolvidos”, diz.

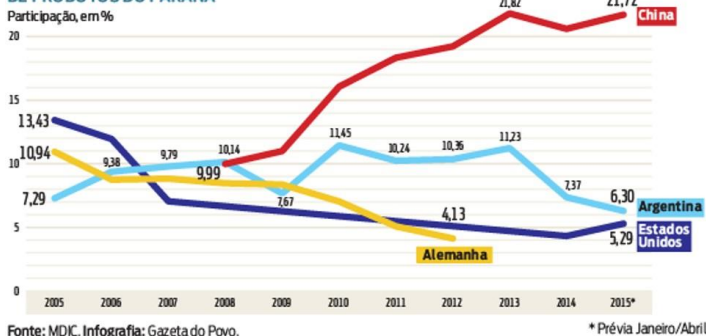
## EM QUEDA

Segundo maior mercado dos produtos produzidos no estado, a Argentina tem dificultado a entrada de importados e vem perdendo espaço para os Estados Unidos.

### EXPORTAÇÕES PARANAENSES PARA A ARGENTINA



### OS MAIORES IMPORTADORES DE PRODUTOS DO PARANÁ



Fonte: MDIC. Infografia: Gazeta do Povo.

\* Prévvia Janeiro/Abril

## Com estoque parado, GM planeja esvaziar fábrica e demitir em SP

29/05/2015- Fonte: Exame

Com estoques de automóveis se acumulando em meio a queda de 17% nas vendas do setor no primeiro trimestre, a General Motors prepara um pacote de demissões, férias coletivas e lay-offs que devem parar completamente a fábrica de São Caetano do Sul (SP) no mês de junho.

A unidade, que tem estoques de 80 mil veículos, deve deixar de produzir 12 mil carros no mês, segundo Francisco Nunes, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul.

A fábrica de São José dos Campos também pode ter a produção afetada. No começo de março, a GM confirmou plano de demissão que pode chegar a 1.500 funcionários em fábricas de São Paulo.

Segundo o sindicato, a empresa avisou que 819 trabalhadores de São Caetano, que estão atualmente em layoff e deveriam voltar ao trabalho no dia 10 de junho, serão demitidos.

## Endividada, a CSN precisa vender ativos. Desapega, Benjamin!

29/05/2015- Fonte: Exame

Já entrou para o folclore da siderúrgica CSN a dificuldade que o empresário Benjamin Steinbruch, dono da empresa, tem para vender qualquer coisa. Executivos do grupo divertem-se contando em reuniões como o bilionário se recusou, por anos e anos, a vender um Fusca velho. "Vende, Benjamin", diziam os amigos.

E nada. O empresário resistiu tanto que o Fusca acabou enferrujando. Há quem diga que acabou num alto-forno da CSN.

Por trás da história folclórica está um traço psicológico marcante, daqueles atestados por qualquer executivo que tenha trabalhado com Steinbruch ou estado na ponta oposta de

uma negociação com ele — o temor, às vezes paralisante, de comprar caro ou vender barato. Vale para carros velhos, vale para empresas inteiras. É uma característica que será colocada à prova, daqui em diante, como nunca foi na vida de Steinbruch.

Hoje, a CSN de Steinbruch tem uma dívida altíssima, de 32 bilhões de reais. E a tendência é que o problema cresça. A alta do dólar fez a parcela da dívida externa da CSN disparar, chegando a 49% do total.

Para complicar, a empresa está gerando menos caixa, o que compromete sua capacidade de pagar a tal dívida. A queda de 60% do preço do minério de ferro e de 15% do aço fez a empresa dar prejuízo de 112 milhões no ano passado. A relação entre a dívida e a geração de caixa da CSN subiu rapidamente, de 2,9 para 4,8 vezes.

A conta não inclui os empréstimos de 3 bilhões de reais tomados pela ferrovia Transnordestina, uma das empresas do grupo CSN. Se a dívida fosse considerada, a relação já estaria acima de cinco vezes.

Analistas do banco americano Bank of America Merrill Lynch projetam que o endividamento ultrapassará sete vezes a geração de caixa no ano que vem. É um índice raramente visto entre as grandes empresas de capital aberto, considerado perigoso. Suas concorrentes Usiminas e Gerdau, por exemplo, têm índices de 2 a 3.

No fim de abril, a agência de classificação de risco Moody's rebaixou a nota de crédito da CSN. "Mesmo com um caixa de mais de 10 bilhões de reais, a dívida está alta demais e preocupa", afirma o analista Artur Losnak, do banco Fator.

Poucos dias depois do rebaixamento pela Moody's, a empresa anunciou sua intenção de trazer o endividamento para algo próximo a três vezes a geração de caixa. E admitiu a possibilidade de vender ativos para conseguir. Analistas calculam que, para voltar a um nível confortável de endividamento, a empresa teria de levantar de 3 bilhões a 4 bilhões de reais.

O que ninguém sabe é: Steinbruch está mesmo convencido a vender para pagar os credores?

As primeiras reuniões de banqueiros de investimento — habitualmente contratados para vender negócios — com Steinbruch não deram em nada. "Ou ele acha que o negócio é estratégico e não pode ser vendido ou coloca preços fora da realidade", reclama um dos banqueiros que conversaram com o empresário.

Steinbruch encarregou Paulo Caffarelli, ex-executivo do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda, que contratou em março como diretor executivo, de apagar o incêndio. Caffarelli conduz uma delicada operação que envolve a tentativa de alongar os prazos das dívidas com os principais credores e, ao mesmo tempo, avaliar propostas pelos ativos.

A interlocutores, Caffarelli garante que Steinbruch está disposto a vender, mas não quer perder o controle do processo. O executivo vai privilegiar os bancos credores da companhia, como BB, Bradesco, Itaú e Santander, e está excluindo do processo bancos de investimento que não têm crédito.

Há quem desconfie que essa atitude seja apenas uma maneira de alardear a possível venda de ativos para acalmar o mercado, sem necessariamente fazê-lo. Como é comum nas excruciantes negociações com Steinbruch, o diabo está nos detalhes.

Hoje, a CSN é um conglomerado, com negócios que giram em torno da siderurgia. Possui uma fábrica de cimento que usa como matéria-prima a escória que resulta da fabricação

de aço. Tem usinas hidrelétricas que garantem o fornecimento de energia. Minas de ferro que tornam a siderúrgica autossuficiente.

Outros ativos são a ferrovia MRS, a Transnordestina, um terminal de contêineres e a participação de 14% no capital da rival Usiminas, comprada ao longo de 2011. O empresário já descartou vender participações em mineração ou no cimento porque considera que ambas são atividades das quais não pode abrir mão.

As alternativas que estão na mesa de Caffarelli incluem a venda de uma participação de 15% na ferrovia MRS, correspondente ao excedente sobre o controle.

Em algum momento nos próximos dois anos, Steinbruch também terá de reduzir, atendendo a uma decisão do Cade, órgão de defesa da concorrência, sua participação na Usiminas.

A CSN quer vender a participação para um dos dois grupos que se digladiam pelo controle da Usiminas, a argentina Ternium e a japonesa Nippon Steel, com um prêmio sobre o valor de mercado das ações, hoje de 1,4 bilhão de reais.

CSN e Ternium já iniciaram negociações diretas, que não prosperaram. "Ele insiste num preço altíssimo, muito acima do valor de mercado", afirma um banqueiro que acompanhou as discussões. Também se admite a possibilidade de vender o terminal de contêineres de Itaguaí, no Rio de Janeiro, que valeria algo próximo de 1,3 bilhão de reais, e imóveis não utilizados pela empresa, que valeriam 1 bilhão.

Menos provável é a venda da participação em usinas hidrelétricas. De qualquer forma, ainda não há consultas a interessados. E sabe-se lá quando elas vão começar. Investimentos em xeque Gerar caixa com a venda de ativos seria importante não só para reduzir a dívida, mas também para garantir investimentos que a CSN precisa fazer.

A empresa acaba de fechar um acordo para a fusão entre as minas Namisa e a Casa de Pedra e deve fazer investimentos para aumentar a produção. O programa inicial era investir 2,6 bilhões de reais por ano para atingir as projeções de produção de minério e cimento até 2020.

A companhia também precisa concluir as obras da Transnordestina até 2017. Só duas novas fábricas de cimento, negócio considerado estratégico por Steinbruch, devem exigir investimentos de 2 bilhões de reais.

Se não falta pressão para que Steinbruch finalmente venda alguma coisa, ele não pode ser considerado a parte fraca na negociação com os bancos. Hoje, nenhum dos maiores credores quer ser muito rigoroso para forçar uma redução rápida do endividamento.

"Ninguém quer criar mais um problema além dos muitos que já temos nos balanços, como a Operação Lava-Jato, a crise na Petrobras e a desaceleração econômica", diz o executivo de um dos grandes credores, que prefere não se identificar por se tratar de um assunto confidencial.

Difícilmente haverá dinheiro novo para rolar a dívida, mas os bancos evitam criar dificuldades. A empresa tem caixa para arcar com os vencimentos dos próximos dois anos, de cerca de 3,5 bilhões de reais — mas, com a torneira dos bancos fechada, a situação de caixa pode rapidamente passar do confortável para o apertado.

Steinbruch deve aproveitar ao máximo essa folga, enquanto tenta melhorar a geração de caixa. "Ele vai esticar a corda quanto puder", afirma o diretor de outro banco credor.



Steinbruch também está se beneficiando do fato de não ter contratos que estipulem limites à dívida.

Para ganhar tempo, ele vem cortando custos e adiando novos investimentos. Com renegociação de fretes e mudanças na logística interna, o custo de produção do minério de ferro da CSN caiu de 54 para 43 dólares nos últimos seis meses. E o investimento previsto para 2015 caiu 40%, de 2,2 bilhões de reais para 1,3 bilhão.

A empresa também reduziu o pagamento de dividendos, tradicionalmente gordos — nos últimos quatro anos, pagou 5 bilhões de reais. O mundo das commodities é, como se sabe, cíclico. Há três anos, a CSN era a siderúrgica com os melhores resultados, justamente por ser grande produtora de minério.

Com a virada nos preços, tudo mudou. É sempre possível que as coisas revertam em sentido favorável à CSN antes que a dívida suba demais. Se nada disso ocorrer, não vai ter jeito. Steinbruch vai ter mesmo de desaparecer.

## O engenheiro que abriu o mercado ao ferro de MG

29/05/2015- Fonte: Valor Econômico

Em 1961, o engenheiro Eliezer Batista, duas vezes presidente da Vale, fez a primeira de suas 178 viagens ao Japão. Naqueles dias, cumpriu intensa agenda de encontros para falar do potencial da mina de ferro de Itabira, em Minas Gerais, e sobre a necessidade de construção de um novo terminal portuário em Vitória (ES).

Em coquetel, em Tóquio, conheceu Toshio Doko, reconstrutor do Japão no pós-guerra. "Quando vi, estava ao lado dele no meio do salão. Não tinha nada para falar com ele, nem ele comigo. Graças aos milagrosos poderes do saquê soltei o verbo."

Doko abriu portas, facilitou contatos e colaborou na montagem do projeto que culminaria com a construção do porto de Tubarão, na capital capixaba, inaugurado em 1966. "Vejam só a importância do saquê para a mineração brasileira", disse bem-humorado Batista no livro "Conversas com Eliezer".

Com 91 anos completados este mês — nasceu em Nova Era (MG), em 4 de maio de 1924 —, Batista é considerado o criador da estratégia brasileira de venda de minério de ferro em grandes volumes e a longo prazo com as siderúrgicas japonesas.

Amanhã, o atual presidente da Vale, Murilo Ferreira, participa, em Tóquio, de cerimônia para comemorar 60 anos do primeiro contrato com o Japão, em 1955. O embarque inicial foi de nove mil toneladas.

Embora hoje praticamente só se fale em China, o Japão é o terceiro principal comprador da Vale e deverá continuar a ser um dos principais destinos do minério de ferro da empresa. Fica atrás somente do Brasil e da própria China.

São quatro grandes clientes japoneses: Nippon Steel & Sumitomo, JFE Steel, Kobe Steel e Nisshin Steel. Nesses 60 anos, a Vale já exportou para o Japão mais de 1,2 bilhão de toneladas de minério de ferro.

"Estabelecemos cooperação com o Japão em todos os azimutes", disse Batista em entrevista ao Valor. Citou a parceria com os japoneses, nos anos 1980, nos Estados Unidos: "Fizemos joint venture entre a Vale e a Kawasaki Steel na Califórnia [a California Steel Industries], o primeiro investimento brasileiro no exterior, para laminar aço exportado pela CST [Cia. Siderúrgica de Tubarão]."



Em 1955, o presidente da Vale era Francisco de Sá Lessa, que ocupou o cargo de 1952 a 1961. Batista entrou na empresa em 1949, como engenheiro na Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Foi o primeiro funcionário de carreira a chegar à presidência. Cumpriu dois mandatos: 1961–1964 e 1979–1986.

A partir do primeiro contrato em 1955, surgiram outras parcerias com os japoneses como os projetos de alumínio no Pará, caso da Albras e da Alunorte. Também no Pará o apoio do Japão foi importante para o projeto ferro Carajás, inaugurado em 1985.

O capital e a tecnologia japoneses, via Kawasaki Steel (mais tarde JFE Steel), permitiram, junto com a Vale, consolidar a CST, hoje controlada pelo grupo ArcelorMittal. No complexo de Tubarão, houve ainda investimentos de siderúrgicas japonesas junto com a Vale em usinas de pelotização por meio da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização (Nibrasco). E o próprio porto de Tubarão surgiu da colaboração com os japoneses, como lembrou Batista.

Logo depois dele assumir, em 1962, a Vale assinou o primeiro contrato de longo prazo com siderúrgicas japonesas para fornecer 50 milhões de toneladas de minério de ferro ao longo de 15 anos.

Em 1966, quando Batista não estava mais na Vale, depois de ser acusado de "comunista" pelo regime militar, o terminal de Tubarão foi inaugurado. Foi determinante para assinatura de um novo contrato, no ano seguinte. Foi para suprir os japoneses com 35 milhões de toneladas ao longo de 12 anos.

Na conversa com o Valor, Batista disse que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, o principal cliente da Vale, vinham reduzindo as importações de minério de ferro. A participação dos americanos nas exportações caíram de 81,2% em 1951 para 28,9% em 1960. No período, países europeus como Inglaterra e Alemanha aumentaram sua fatia. O Japão tornou-se destino relevante.

Havia perdido as colônias na Ásia e buscava fontes alternativas de suprimento de matéria-prima. "Havia motivação dos dois lados: os japoneses precisavam reconstruir sua siderurgia no pós-guerra e nós precisávamos de um novo mercado. Mas tivemos que vencer a resistência americana e europeia que identificavam conotações bélicas na retomada da indústria do aço no Japão.

Precisamos, ainda, vencer o obstáculo de transformar uma distância física em distância econômica. Esse desafio deu origem ao conceito de logística integrada, o chamado porta-a-porta. Era preciso imaginar ganhos de produtividade em toda a cadeia logística, da mina até o porto de desembarque", disse.

O desafio era transportar uma das matérias primas mais baratas do mundo, o minério de ferro à época valia cerca de US\$ 3 por tonelada, valor FOB, até o outro lado do planeta em condições de competir com outros fornecedores.

"Chegamos à conclusão que os navios deviam ser gigantescos", disse. Os disponíveis eram da classe Liberty, capazes de transportar 10 mil toneladas de minério de ferro. Seria preciso construir outros com um mínimo de 100 mil toneladas e versáteis, transportando minério para Ásia e voltando com petróleo do Golfo Pérsico.

"Nenhum estaleiro no Ocidente aceitou o desafio para a construção desses navios. Os japoneses o fizeram", afirmou Batista. Como consequência, surgiu não só o porto de Tubarão como nasceu a Docenave, empresa de navegação da Vale apoiada em contratos de longo prazo. Chegou a ser a terceira maior de graneis do mundo.

"Os japoneses nos deram 40% do frete para o Japão para que pudéssemos criar a Docenave." Em 1967, a empresa assinou contrato com estaleiros japoneses para a construção de dois navios para transportar petróleo e minério de ferro.

A colaboração com o Japão rendeu a Batista a medalha do Coração do Japão, condecoração concedida pelo Imperador Hirohito, morto em 1989.

## **Companhia tem um quarto da venda de minério ao país**

29/05/2015- Fonte: Valor Econômico

A Vale responde por cerca de um quarto do fornecimento de minério de ferro para o Japão. Essa venda é feita, via mercado transoceânico, para grandes siderúrgicas japonesas.

"Nossa participação no Japão no mercado de minério de ferro, em termos históricos, é de cerca 25%", disse Marcos Turini, diretor responsável pelas operações da Vale no mercado japonês.

O alto teor de ferro do minério da Vale, em especial de Carajás, no Pará, tem garantido presença importante para a mineradora brasileira no Japão, cujas siderúrgicas desenvolveram um nicho de mercado apoiado em produtos de alto valor agregado.

A Vale disputa o mercado japonês sobretudo com as mineradoras australianas. Segundo especialistas, a Rio Tinto é a principal fornecedora de minério de ferro para os japoneses, sendo seguida pela Vale e pela BHP Billiton.

No ano passado, a Vale vendeu para as siderúrgicas japonesas 27,2 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, volume 13% abaixo dos 31,19 milhões de toneladas de 2013. Foi o volume mais baixo de vendas da Vale para as siderúrgicas japonesas desde 2011.

A economia japonesa sofre há duas décadas com uma frágil taxa de crescimento e com uma baixa inflação ou deflação persistentes. A dívida pública cresceu até 226% do Produto Interno Bruto (PIB) por força do aumento dos gastos sociais causados pelo envelhecimento da população e por problemas fiscais.

Desde 2013, o país acompanha a implementação dos dois primeiros eixos do "Abenomics", a política econômica do primeiroministro Shinzo Abe. Os eixos incluem flexibilização monetária e aumento do gasto público. Há estimativas indicando crescimento de 1% do PIB para o Japão em 2015 e de 1,5% em 2016.

No setor siderúrgico, as projeções são de retração. Turini disse que os números divulgados pela Federação do Ferro e do Aço do Japão (JISF) indicam produção de 108 milhões de toneladas de aço no ano fiscal 2015 (de abril deste ano até março de 2016).

"Se olhar em relação ao ano fiscal de 2014, que fechou em 111 milhões de toneladas, representa queda de 3 milhões de toneladas", afirmou.

A empresa responsável pela operação do minério de ferro no Japão é a Vale Ásia KK. A mineradora tem outra empresa no país, a Vale Japan Limited, responsável pelo negócio de metais básicos.

No país, a Vale controla a refinaria de Matsusaka, tendo a Sumitomo como sócia. A refinaria processa níquel importado da Indonésia, onde a Vale também tem operações. Em 2015, a refinaria de Matsusaka completa 50 anos.

## **Montadoras suspendem a produção em junho**

29/05/2015- Fonte: O Estado de S. Paulo

O mês de junho vai começar com quatro montadoras paradas e pelo menos 34,7 mil trabalhadores em casa, em férias coletivas ou licença. Sem perspectivas de melhora nas vendas e ainda com estoques elevados, fabricantes de veículos suspenderão a produção ou vão operar parcialmente a partir da próxima semana.

A General Motors interrompe toda a produção de automóveis na fábrica de São Caetano do Sul (SP) praticamente o mês todo - de 1.º a 28 de junho. Os cerca de 5,5 mil trabalhadores da produção terão férias coletivas no período.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos local, Aparecido Inácio da Silva, "cerca de 8 mil carros deixarão de ser produzidos". O sindicalista calcula que a unidade tenha 80 mil carros em estoque.

Na filial de São José dos Campos (SP), também estão previstas férias coletivas em junho para 1,7 mil trabalhadores do setor de veículos, mas a data ainda não foi divulgada.

A GM não comentou o assunto. Silva informa ainda que a GM insiste na demissão de 819 metalúrgicos que devem voltar de lay-off (suspensão temporária dos contratos) no dia 9. Na unidade, há ainda outros 900 operários em lay-off até outubro.

Na Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo (SP) os 7 mil funcionários da produção ficarão em casa por 15 dias, a partir de segunda-feira, período em que as linhas de caminhões e ônibus serão interrompidas. A empresa também conclui nesta quinta-feira a demissão de 500 funcionários que estão em lay-off.

Também em São Bernardo, os 3,4 mil operários da Scania ficarão em casa na primeira semana do mês. Já os 2,8 mil trabalhadores da Ford em Camaçari (BA) retornam de dez dias de férias coletivas no dia 4.

A Fiat vai parar toda a produção em Betim (MG) de 8 a 12 de junho, e dispensará 16 mil metalúrgicos. No dia 1.º, 2 mil deles retornam de férias de 20 dias.

### **Vendas**

Até terça-feira, foram vendidos no País 171,7 mil veículos, queda de 24,3% ante igual intervalo de 2014. Em relação a abril, a queda é de 2,3%. No primeiro quadrimestre, as vendas caíram 19% ante 2014.

Na segunda-feira, entram em lay-off 230 trabalhadores da Volkswagen em São Bernardo, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A empresa também tem 570 funcionários nessas condições na fábrica de São José dos Pinhais (PR) e 370 na de Taubaté (SP).

O Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora (MG) informa que dois grupos de até 120 trabalhadores devem entrar em lay-off em julho e em novembro na fábrica da Mercedes. Atualmente, há 100 operários com contratos suspensos na unidade, com retorno previsto na segunda-feira.

O diretor do sindicato, Antônio Carlos de Souza, diz que a empresa propôs valor inferior aos R\$ 6,5 mil pagos em 2014 em Participação nos Lucros e Resultados. "A Mercedes diz que está perdendo R\$ 2 milhões por dia no Brasil e que teria de dividir esse prejuízo." Na Volvo, em Curitiba (PR), a produção segue parada em razão de greve iniciada no dia 8.

## **Fiat anuncia mais dois parques de fornecedores em Pernambuco**

29/05/2015- Fonte: Valor Econômico

A Fiat Chrysler Automobiles (FCA) informou ontem que está em negociações avançadas para levar mais de 20 fornecedores de peças e serviços ao entorno de sua fábrica inaugurada há um mês em Pernambuco.

Segundo a montadora, onze desses fornecedores já manifestaram interesse em se instalar num raio de 15 a 20 quilômetros do novo parque industrial, onde é montado o Renegade, da marca Jeep.

O grupo inclui a fabricante de baterias Moura, além de multinacionais como a espanhola Autometal e a alemã Benteler, que seriam responsáveis pelo fornecimento de peças plásticas e componentes estampados a quente, respectivamente.

A ideia é instalar as empresas em dois novos condomínios industriais, a serem erguidos por dois grupos locais de empreendimentos imobiliários.

O objetivo é complementar os insumos já produzidos no parque de fornecedores em operação dentro do complexo da marca em Goiana, no norte de Pernambuco, assim como atrair para perto da fábrica os fornecedores que abastecem os sistemistas instalados nesse parque interno.

Também está nos planos da Fiat levar para lá empresas responsáveis pela manutenção dos equipamentos e das ferramentas empregadas na fabricação dos automóveis.

O projeto prevê investimentos de R\$ 450 milhões: R\$ 300 milhões em equipamentos, a serem desembolsados pelos fornecedores, e R\$ 150 milhões na construção dos galpões, parcela essa correspondente aos empreendedores imobiliários, que poderão também abrigar nos condomínios empresas não relacionadas à montadora.

Se tudo sair dentro do cronograma, os dois novos parques serão inaugurados no segundo semestre de 2016 → um em Goiana e o outro na vizinha Itapissuma. Neles, os fornecedores devem empregar cerca de 1,5 mil pessoas, elevando para aproximadamente 11 mil vagas o total de postos a serem criados pelo empreendimento da Fiat na região.

No parque de sistemistas erguido junto com a linha de montagem, a Fiat já trabalha com 16 fornecedores que respondem por 40% das peças consumidas na produção do Renegade.

Atrair grande número de fabricantes de autopeças à região foi necessário porque Goiana está longe dos grandes polos automotivos do país - o mais próximo está em Camaçari (BA), a 800 quilômetros de distância.

Fora isso, o atraso na construção de uma alça viária, que contornaria o trânsito da região metropolitana de Recife, tem sido um entrave ao transporte das peças enviadas por fornecedores mais distantes da fábrica.

## **Brasil cai duas posições em ranking de competitividade, seu pior resultado**

29/05/2015- Fonte: O Estado de S. Paulo

O Brasil registrou neste ano a sua pior colocação no Índice de Competitividade Mundial 2015 (World Competitiveness Yearbook) - ranking elaborado anualmente pelo International Institute for Management Development (IMD).

Na edição divulgada nesta quarta-feira, 27, pela escola suíça de negócios, que, no País trabalha em parceria com a Fundação Dom Cabral, o Brasil ocupou o 56º lugar, duas posições abaixo em relação ao ranking do ano passado.

Desde 2010, último ano em que registrou expansão, o País já perdeu nada menos do que dezoito posições. Agora, só está na frente de Mongólia, Croácia, Argentina, Ucrânia e Venezuela - países em situação econômica, política e internacional muito pior que a brasileira, exibindo conflitos domésticos ou externos de repercussão muito mais abrangente.

"Abaixo (no ranking), estão países com uma situação muito mais dramática que a do Brasil. Comparar o Brasil com a Ucrânia é brincadeira", afirma o professor da escola de negócios suíça IMD, Carlos Primo Braga. No extremo oposto, liderando o ranking, estão Estados Unidos, Hong Kong, Cingapura, Suíça e Canadá, nessa ordem.

A desaceleração da economia foi o principal fator apontado para a queda. Apesar de o País se manter como a sétima maior economia do mundo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 0,1% no ano passado, ante uma expansão de 2,3% da economia mundial, explica parte da perda de posições.

A expectativa de uma contração de 1% do PIB neste ano, juntamente com as dificuldades de se controlar o déficit fiscal e uma previsão de inflação de 8,2%, também contribuíram para o desempenho mais fraco do País.

A análise do impacto do ambiente político, institucional e regulatório → tradicionalmente o ponto mais crítico para a competitividade do Brasil → atingiu uma posição ainda mais alarmante.

Desde 2011, o País está entre as cinco piores nações neste fator, caracterizado na pesquisa como "Eficiência Política". Em 2015 ficou em penúltimo lugar, atrás apenas da Argentina.

"Sem conseguir implementar as reformas necessárias, o Brasil tem hoje um sistema regulatório muito complexo e um marco trabalhista de pouca flexibilidade, o que faz do País um dos piores lugares do mundo para se fazer negócio", afirma Carlos Arruda, coordenador do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral e responsável pela coleta e análise dos dados do ranking no Brasil.

## **Transparência.**

Outro motivo para a queda no ranking é a péssima percepção sobre a transparência do governo registrada nas pesquisas de opinião feitas entre março e abril. "No quesito subornos e corrupção, o Brasil figura vergonhosamente na última posição entre os 61 países analisados", escrevem os pesquisadores no sumário executivo do anuário.

Ou seja, na opinião dos entrevistados, o País ganhou uma nota pior que as de Rússia, Cazaquistão, África do Sul e todos os outros 57 países pesquisados no critério da transparência. Além do desempenho da economia e da eficiência do governo, a pesquisa possui ainda dois pilares de estudo: a eficiência empresarial e, por fim, infraestrutura.

O ranking geral abrange 61 países (neste ano entrou a Mongólia), avaliados sob mais de 300 critérios, e uma pesquisa de opinião realizada com seis mil executivos.

Neste ano, o País também sofreu uma queda expressiva na categoria "eficiência empresarial", que analisa o quanto o ambiente da nação incentiva as empresas a atuar de forma inovadora, rentável e responsável.

Dentro dessa categoria, no quesito "produtividade e eficiência", o País só está à frente de África do Sul e Venezuela, o que indica a dificuldade do Brasil de sustentar crescimentos produtivos de longo prazo. Falta de capacitação dos trabalhadores e pouco investimento em inovação ajudam a explicar o baixo crescimento de produtividade no Brasil.

Por fim, no pilar infraestrutura, velho gargalo da produtividade brasileira, a situação foi agravada pela crise hídrica e pelo risco de racionamento. Para Arruda, da Fundação Dom Cabral, o ranking dá alertas para o País do que deve ser feito no curto e no longo prazo.

"Para avançarmos em competitividade, não há como fugir da velha receita de investimentos de longo prazo em educação, logística, ciência e inovação, aliada a reformas institucionais que eliminem burocracias e criem agilidade, flexibilidade e transparência do setor público. E precisamos urgentemente traduzir tudo isso em ganhos reais de produtividade", diz Arruda.

### **Prognósticos.**

Numa tentativa de prever se o Brasil vai cair de novo no ranking do ano que vem, Braga e Arruda demonstram algum otimismo. O motivo, entretanto, não é muito nobre. Os professores veem um "colchão" que protege o País de uma queda maior.

"Imagino que não vamos cair, porque tem esse colchão de países em situação mais dramática que o Brasil", diz Braga, referindo-se às cinco economias menos competitivas que a brasileira.

"O Brasil chegou em um ponto limite. Não há como cair mais. Abaixo dele estão países com situação muito pior", afirma Arruda.

Braga argumenta que não dá para prever se o Brasil poderá ganhar posições. Por um lado, a expectativa macroeconômica "não é boa".

Por outro, as finanças públicas tendem a melhorar. Como herança longa, permanecem os problemas estruturais, como a infraestrutura básica, de educação, ciência e tecnologia muito aquém do esperado.

## **Faturamento da indústria de máquinas cai em abril, aponta Abimaq**

29/05/2015- Fonte: Valor Econômico

O faturamento líquido da indústria brasileira de máquinas e equipamentos somou R\$ 7,6 bilhões em abril, 6,2% abaixo do valor verificado no mesmo mês do ano passado. Na comparação com o mês de março deste ano, houve queda de 14,6% no faturamento das companhias de bens de capital mecânicos.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que representa o setor.

No acumulado dos quatro primeiros meses do ano, o faturamento líquido da indústria nacional soma R\$ 31,35 bilhões, 4,5% acima do valor do mesmo período de 2014.

Segundo a associação, as exportações do setor caíram 22,9% em abril, na comparação anual, somando US\$ 614,29 milhões. Enquanto isso, as importações totalizaram US\$ 1,8 bilhão, queda de 17% em um ano.

Com isso, o setor teve déficit comercial de US\$ 1,2 bilhão em abril e acumula déficit de US\$ 4,5 bilhões de janeiro a abril, o que representa uma redução de 17% na comparação com os quatro meses de 2014.

A Abimaq mostra ainda que o setor de máquinas e equipamentos operou com uma utilização de 68,2% de sua capacidade instalada em abril, 8,8 pontos percentuais abaixo do verificado em abril do ano passado e 1,2 abaixo do visto em março. Em média, o indicador está em 69,3% em 2015, abaixo dos 75,4% de 2014.

### **Senado aprova MP que eleva tributação sobre importados**

29/05/2015- Fonte: Gazeta do Povo

O Senado aprovou nesta quinta-feira (28) a Medida Provisória (MP) 668, que eleva as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação. Com isso, o Palácio do Planalto conseguiu aprovar no Senado as três MPs do ajuste fiscal – 665 (seguro-desemprego), 664 (pensão por morte) e 668 –, que seguem para sanção da presidente Dilma Rousseff.

A MP 668 aumenta de 1,65% para 2,1% o PIS/Pasep na importação e de 7,6% para 9,65% a Cofins, também para importação. No somatório dos dois tributos, há elevação das alíquotas de 9,25% para 11,75% para a entrada de produtos estrangeiros no país, no geral. Mas o texto prevê algumas exceções.

A importação de cerveja, com e sem álcool, porém, será ainda mais atingida. No caso de cervejas importadas, com ou sem álcool, as alíquotas passaram a ser de 3,74%, no caso do PIS/Pasep e de 17,23%, no caso da Cofins.

No caso de importação de produtos de perfumaria, toucador ou higiene pessoal, as alíquotas passam para 3,52% no PIS/Pasep e de 16,48% na Cofins. No somatório dos dois tributos, a tributação passa de 12,5% para 20%.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ressaltou que a votação da MP que eleva impostos para importados completa a “estratégia de equilíbrio” da economia.

Após a aprovação, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que o poder Legislativo fez sua parte no ajuste. Segundo ele, o poder amenizou os prejuízos dos trabalhadores, referindo-se indiretamente às mudanças feitas às MPs enviadas pelo Executivo.

“O Congresso fez sua parte, amenizou prejuízos causados aos trabalhadores. Mas nós esperamos que o governo nos próximos dias tenha condições de apresentar propostas para retomar o desenvolvimento, para retomar investimentos, para retomar exportações”, afirmou.

### **Economia brasileira recua 0,2% no 1º trimestre de 2015**

29/05/2015- Fonte: Folha de S. Paulo

O PIB (Produto Interno Bruto), medida da produção de bens e serviços do país, caiu 0,2% no primeiro trimestre deste ano, frente aos últimos três meses de 2014.

Já na comparação ao mesmo trimestre do ano passado, o PIB recuou 1,6%, segundo dados divulgados na manhã desta sexta-feira (29) pelo IBGE.

Os economistas consultados pela Bloomberg esperavam em média uma retração de 0,6% no primeiro trimestre, em comparação ao último trimestre de 2014.

Essas projeções, contudo, variavam desde queda de 0,1% da FGV (Fundação Getúlio Vargas) a até uma baixa 1% pela consultoria Tendências.



No acumulado dos últimos quatro trimestres (12 meses), o PIB recuou a um ritmo de 0,9%.

## **Autopeça brasileira perde fatia na Argentina para concorrência asiática**

29/05/2015- Fonte: Folha de S. Paulo

As fabricantes brasileiras de autopeças, até pouco tempo dominantes no mercado argentino, vêm perdendo espaço nos últimos quatro anos para a concorrência asiática.

De 2010 a 2014, o Brasil perdeu quase US\$ 1 bilhão em vendas de autopeças ao país. Sua fatia de mercado no segmento encolheu de 49% para 38% no período, segundo estudo feito pela consultoria econômica argentina Abeceb a pedido da **Folha**.

Em compensação, fornecedores chineses e do Sudeste Asiático quase dobraram sua presença no mesmo período. E até os europeus, cujos custos salariais são mais elevados do que os brasileiros, conseguiram tomar parte da fatia que era do país.

A diminuição da presença brasileira na Argentina ocorre em um momento em que os dois governos discutem a renovação do atual acordo automotivo – nesta sexta (29), autoridades dos dois países voltam a discutir o tema em Buenos Aires.

Um dos pontos colocados em negociação pela Argentina é o "passe livre" às autopeças asiáticas nos veículos comercializados entre os dois países.

Na mais recente reunião sobre o assunto, no início deste mês, a Argentina propôs incluir peças de China e de Coreia do Sul no acordo automotivo que determina que, para ficar isento de tarifa de importação, um veículo precisa ter 60% das peças fabricadas no Mercosul.

O Brasil é contra a proposta e poderia até deixar expirar o atual acordo, que vence no próximo dia 30 de junho.

### **ASIÁTICOS MAIS RÁPIDOS**

Apesar da queda de sua presença no mercado argentino, o Brasil ainda é o principal fornecedor de autopeças para a Argentina.

O resultado, porém, também demonstra uma perda da capacidade de competir dos produtores brasileiros, até mesmo em seus mercados tradicionais.

O levantamento feito pela Abeceb detectou que o Brasil perdeu mercado principalmente nas peças para o sistema elétrico, ar-condicionado e para suspensão.

Nestes ramos, enquanto as vendas brasileiras recuaram, entre 2007/2008 e 2013/2014, as provenientes da China aumentaram praticamente na mesma velocidade.

"A produção de peças para o sistema elétrico é muito intensiva em mão de obra e, nesse quesito, nem Argentina nem Brasil têm condições de competir com a China", diz o economista Dante Sica, diretor da Abeceb e ex-secretário da Indústria do país vizinho.

O economista afirma que os asiáticos são mais presentes no mercado de reposição de peças. Porém, observando as compras feitas exclusivamente pelas montadoras, o Brasil também cedeu espaço.

Neste caso, a fatia de mercado do Brasil cedeu de 46% para 42% entre 2013 e 2014, segundo a Abeceb.

Além de China e de produtores do Sudeste Asiático (como a Tailândia), o México ampliou seu mercado.

Para Sica, a indústria do Brasil e também a da Argentina vêm perdendo a capacidade de competir com as fábricas de outros países nos últimos anos.

"A única forma que os países encontraram para lidar com este problema foi fechar suas fronteiras, o que é uma solução de curto prazo", criticou. "O desafio é melhorar a competitividade, se não vamos ter de colocar cada vez mais barreiras."

### **Alcoa celebra 50 anos no Brasil em cenário adverso**

29/05/2015- Fonte: Automotive Business

Há 50 anos, a Alcoa, empresa global de tecnologia e engenharia de metais leves, apostava suas fichas no Brasil. A empresa comemora neste mês meio século de operações no País, onde atua na produção de alumínio para diversos setores da indústria, incluindo o automotivo.

"A Alcoa acredita e investe no Brasil e persistirá avançando para ser a melhor parceira de soluções inovadoras, contribuindo com a evolução e o desenvolvimento do país. Temos feito investimentos significativos no Brasil nos últimos dez anos e sempre estamos pensando no futuro, trabalhando desde já para os próximos 50 anos", declara José A. Drummond, presidente da Alcoa na América Latina.

Recentemente, no fim do primeiro trimestre, a empresa decidiu encerrar a produção de alumínio primário no País devido ao aumento do custo da energia elétrica. Duas de suas fábricas, a de São Luiz (MA) e Poços de Caldas (MG) encerraram suas atividades, decisão alinhada com a estratégia da matriz, nos Estados Unidos, que começou a desenhar novos cortes em 2013.

Segundo a empresa, as demais operações no Brasil não serão afetadas e o processamento da bauxita para produção de alumina (que é a matéria prima do alumínio) será mantido na unidade de São Luiz.

A Alcoa ainda mantém operações de refinaria, além de mineração de bauxita em Itapissuma (PE), Juruti e Mineração Rio do Norte (PA), Tubarão (SC), Utinga e Barra Funda (SP), que servem mercados como transporte, construção civil, edificações, petróleo e gás, geração de energia, entre outros.

### **Grupo VW investe US\$ 704 milhões para ampliar fábrica nos EUA**

29/05/2015- Fonte: Automotive Business

Um estudo encomendado pelo Grupo Volkswagen ao Centro de Negócios e Pesquisa Econômica da Universidade do Tennessee, nos Estados Unidos, indica os ganhos socioeconômicos que trará o investimento anunciado pela montadora, de US\$ 704 milhões, na fábrica de Chattanooga, onde a montadora já produz o Passat e ampliará para a montagem de um SUV médio, com previsão de ser concluída em meados de 2016 e produção comercial no fim do mesmo ano, além da abertura de um novo centro de engenharia e planejamento.

Segundo a pesquisa, a expansão da planta poderá gerar o equivalente a US\$ 217 milhões de novas receitas e mais de 5,3 mil empregos, entre diretos e indiretos, durante a fase de construção e instalação de equipamentos.

Quando estiver em sua plena capacidade, a planta deve gerar US\$ 370 milhões em receita anual adicional em todo o estado. A criação de novos empregos poderá chegar a 9,8 mil, sendo 1,8 mil postos de trabalho na linha montagem, além dos atuais 2,4 mil trabalhadores da fábrica, 200 no centro de engenharia e os demais nos fornecedores de autopeças e em outras empresas.

“O estudo ressalta o compromisso da Volkswagen com o Tennessee e estamos animados em aumentar a nossa equipe e da planta de Chattanooga à medida que se prepara para a produção de nosso primeiro SUV de sete lugares para o mercado dos Estados Unidos”, disse Christian Koch, presidente e CEO da Volkswagen Chattanooga.

Para William Fox, autor do estudo e diretor do Centro de Negócios e Pesquisas Econômicas da Universidade do Tennessee, a ampliação da fábrica trará efeitos econômicos multiplicadores no estado: “Isso inclui postos de trabalho em muitas indústrias e setores, tais como supermercados, restaurantes, shoppings e construção civil”.

### **Audi tem novo centro de treinamento**

29/05/2015- Fonte: Automotive Business



A Audi tem agora um Centro de Treinamento e Competência Tecnológica (CT) na zona sul da cidade de São Paulo. A empresa já investiu R\$ 6 milhões na nova estrutura. Até o fim de 2016 serão R\$ 10 milhões. O novo prédio tem mais de 4,2 mil metros quadrados.

“Precisávamos ampliar nossa área de treinamento porque queremos vender 30 mil unidades por ano até 2020 e para isso vamos triplicar o número de concessionárias”, afirma o presidente da Audi do Brasil, Jörg Hofmann.

A empresa tem hoje 41 revendas. Em 2014 vendeu 12,5 mil veículos. Até o fim deste ano deve passar a 50 revendas e 15 mil carros entregues, como consequência do início da produção nacional, em setembro, do A3 sedã.

O novo CT dá um salto importante, passando de 900 a 1,8 mil funcionários capacitados por ano. A área dedicada a treinamentos tem agora 2,2 mil metros quadrados, sendo quatro vezes maior que a anterior, anexa ao centro de distribuição de peças inaugurado em Jundiaí (SP) em agosto de 2012 (veja [aqui](#)).

“Com a transferência para cá resolvemos dois problemas: ampliamos a capacidade de treinamento e abrimos espaço para o armazenamento de peças”, afirma o diretor de pós-venda, José Sétimo Spini. Com a transferência do CT para São Paulo, o centro de Jundiaí recebeu mezaninos e teve sua capacidade de estocagem ampliada em 15%.

### **PADRÃO INTERNACIONAL**

Segundo a Audi, no novo CT paulistano ocorrerão todos os treinamentos de vendas e pós-

vendas para os funcionários da rede. No fim do ano passado eles somavam 560 colaboradores e chegarão a 765 até o fim de 2016.

O centro comportará até cinco treinamentos simultâneos. As aulas serão dadas por instrutores certificados pela Audi AG da Alemanha. "O local seguiu o padrão internacional adotado pela Audi, mas mesmo os alemães ficaram bem impressionados pelo que viram aqui", afirma Spini. O CT poderá receber ainda eventos corporativos para a rede de concessionários e terá uma oficina para manutenção de veículos de frota.

Embora inaugurado oficialmente no dia 28 de maio, o espaço já vem sendo utilizado em treinamentos. Tem quatro áreas distintas de capacitação, o que inclui salas teóricas e práticas à prova de som para treinamentos técnicos, teóricos e comerciais, equipamentos de diagnóstico e aferições, showroom de acessórios, lounge e um piso superior com escritório, cantina e pátio para veículos.

Também funcionará no novo prédio o Technical Support Center Latin America, que contará com uma equipe inicial de cinco engenheiros para dar suporte técnico aos mercados da América Latina, englobando um total de 29 países.

A área será representante oficial do departamento de serviços técnicos de Ingolstadt, onde fica a fábrica alemã da Audi, e realiza serviços técnicos investigativos, suporte e monitoramento de qualidade para as importadoras e subsidiárias da marca na América Latina.

## **Manifestações contra o ajuste ocorrem em ao menos oito estados**

29/05/2015- Fonte: Gazeta do Povo

### ***Em Curitiba, MST fechou o Contorno Sul e os bancários devem atrasar a abertura de 12 agências***

A CUT e outras cinco centrais sindicais (CTB, CSP-Conlutas, Intersindical, UGT e Nova Central) realizam nesta sexta-feira (15) uma série de protestos contra a terceirização e as medidas provisórias (MPs) 664 e 665, que endurecem as regras para a concessão do seguro-desemprego, abono salarial, pensões por morte e auxílio-doença, do ajuste fiscal proposto pelo governo federal.

Também participam das mobilizações do chamado Dia de Paralisação Nacional o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outros movimentos sociais.

No início da manhã, ao menos oito estados (Paraná, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) já registram mobilizações. Segundo a CUT, até o final do dia, os protestos devem atingir mais dez estados.

Em Curitiba Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) fazem um bloqueio no Contorno Sul, em Curitiba. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) do Paraná, as duas pistas da BR-376, na região do quilômetro 588, foram bloqueadas pelos manifestantes. O local fica próximo à fábrica da Volvo. O congestionamento chegou a afetar a região do viaduto da BR-277, na saída de Curitiba para Ponta Grossa.

### ***Bancos abrem mais tarde***

Como parte do protesto nacional, o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região vai retardar em uma hora a abertura de 10 agências e dois centros administrativos no centro da capital nesta sexta-feira (29).

De acordo com o sindicato, a mobilização dos bancários ocorre no Palácio Avenida, sede administrativa do HSBC, e no Banco do Brasil da Praça Tiradentes. As demais agências que vão abrir apenas às 11 horas estão concentradas na Rua Marechal Deodoro. Agências bancárias de outras regiões e dos bairros abrem em horário normal.

Em seguida, os bancários seguem para a Praça 19 de Dezembro, onde se juntam a outras categorias trabalhistas. Uma mobilização das centrais sindicais na capital está marcada para as 11 horas no Centro de Curitiba.

Os manifestantes vão sair da Praça 19 de Dezembro e vão caminhar até o Palácio Iguazu, sede do governo do Paraná, junto com professores estaduais em greve.

### **Outros estados**

Em São Paulo, por volta das 7h45, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) registrava quatro pontos de interdição pelos manifestantes. Cidades da Grande São Paulo, como Guarulhos, Mauá e Diadema, amanhaceram com as linhas municipais paradas. Apenas cooperativas circulavam.

O movimento também afetou linhas intermunicipais do Consórcio Internorte da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU). Coletivos de outros consórcios operavam normalmente, além de micro-ônibus da Reserva Técnica Operacional (RTO) da EMTU. As manifestações também atingem a Baixada Santista.

As mobilizações também envolverão metalúrgicos do ABC paulista, que atrasarão os turnos nas fábricas e realizarão uma caminhada pelas ruas do centro de São Bernardo do Campo.

Em cidades da Grande São Paulo, motoristas e cobradores de ônibus vão parar os coletivos desde as primeiras horas da manhã. Já no interior do estado, o MST deve fazer bloqueio em rodovias e ocupação em propriedades.

No Rio, está previsto um grande ato na região da Candelária. A concentração começa às 15h. Três horas mais tarde, diversas categorias e movimentos sociais devem encorpar a manifestação, convocada pela CUT.

Já na Bahia, petroleiros, trabalhadores da construção civil e outras categorias cujos sindicatos são ligados à CUT devem cruzar os braços desde as 5h. As mobilizações ainda devem acontecer no Amapá, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins.

### **Usiminas quer reduzir em um dia jornada semanal de 3 mil funcionários**

29/05/2015- Fonte: O estado de S. Paulo

A Usiminas informou nesta quinta-feira que, diante do cenário adverso para o setor industrial, principalmente para o mercado de aço, pretende reduzir a jornada de trabalho para as áreas administrativas em um dia útil por semana, com redução de salário proporcional, por tempo indeterminado, mas seguindo prazos da lei.

Ao Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, a empresa informou que 3 mil funcionários serão atingidos com a medida em todo o País.

A ação, segundo a companhia, seria uma forma de evitar demissões. Entretanto, a proposta depende ainda de negociações com os sindicatos.

No dia 18 de maio, a Usiminas informou ao mercado que vai desligar temporariamente dois altos-fornos, reduzindo sua produção de ferro-gusa, a matéria-prima do aço, em cerca de 120 mil toneladas ao mês. Em Cubatão (SP), o equipamento será desligado no dia 31 de maio e em Ipatinga (MG), a partir de 4 de junho.

O ajuste, segundo a siderúrgica, tem o objetivo de "adequar a produção ao atual ritmo de demanda do mercado siderúrgico, trazendo oportunidades de redução de custo e melhoria da competitividade da Usiminas no atual cenário".



Siderúrgica mineira reduziu produção de aço bruto em 16,5% no 1º trimestre

Por causa dessas paralisações, o mercado já comentava sobre possíveis demissões na empresa. A informação que circula entre os trabalhadores é de que o corte chegaria a mil trabalhadores, em Belo Horizonte e Ipatinga (MG). A siderúrgica mineira ressaltou, nesta quinta-feira, que não haverá demissões.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região (Sindipa) publicou uma nota em seu site relatando que se reuniu com representantes da empresa na terça-feira para discutir a paralisação dos altos-fornos.

"Depois da reunião, a Usiminas começou a divulgar, primeiro com boatos e de maneira desencontrada, medidas que pretende tomar de redução da jornada e salário", diz a nota do sindicato. "Essa prática tem como objetivo amedrontar os metalúrgicos e criar um clima de tensão na cidade."

**Resultados.** Durante a divulgação de resultado do primeiro trimestre, o diretor de mineração da Usiminas, Wilfred Brujin, disse que a companhia continuaria concentrando esforços no corte de custos diante do atual cenário para os preços do minério de ferro.

"O momento é muito difícil no mercado de minério de ferro e cada dólar poderá fazer a diferença e contribuir com a importância para termos um nível de custo mais competitivo", disse, na ocasião.

A companhia vendeu 1,256 milhão de toneladas de aço no primeiro trimestre, queda de 12,6% na comparação com o mesmo período do ano passado. Na mesma comparação, a produção de aço bruto caiu 16,5%, para 1,379 milhão de toneladas. No último trimestre, a empresa teve prejuízo líquido de R\$ 235 milhões.

"Diante dos estoques elevados e dos indicadores de confiança em patamares mínimos, não há sinais de uma recuperação iminente", disse a Usiminas em seu relatório de resultados, citando o moderado crescimento da economia mundial e o fraco desempenho da atividade econômica brasileira.



Um dos fatores que mais motivou a piora do desempenho no primeiro trimestre do ano foi a menor demanda por laminados a quente e laminados a frio. As exportações registraram queda de 10,7%, totalizando 151 milhões de toneladas.

Com isso, a empresa deixou de se beneficiar com a desvalorização do real frente ao dólar. Uma das preocupações de analistas é o nível de alavancagem da Usiminas. No primeiro trimestre, a dívida líquida da empresa atingiu R\$ 4,5 bilhões.

**Disputa societária.** A japonesa Nippon Steel e a Ternium, do grupo ítalo-argentino Techint, que fazem parte do bloco de controle da Usiminas, estão em litígio desde o fim de setembro do ano passado, quando três executivos do alto escalão da siderúrgica, entre eles o presidente Julián Eguren, foram destituídos.

A Nippon alegou, àquela época, que eles, nomes de confiança da Ternium, estavam recebendo benefícios irregulares. A Ternium discorda e afirma que o acionista japonês está descumprindo o acordo de acionistas. Com a disputa societária, os acionistas minoritários ganharam força no grupo.

## Precarização do debate

29/05/2015- Fonte: O Estado de S. Paulo

Nos últimos meses, o debate sobre a regulamentação da terceirização tem ocupado muito espaço na mídia. Mas, aparentemente, quanto mais se debate, menos se tem esclarecido a opinião pública.

Entre os diversos aspectos confusos e polêmicos, destaco dois neste curto espaço: a "pressa" na tramitação e a "precarização" dos postos de trabalho. Antes de discuti-los, lembro o leitor de que, apesar de largamente praticada no País, a terceirização não tem nenhuma regulamentação.

Diante do vazio legal, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) estabeleceu uma diretriz para limitar a terceirização, a Súmula 331. A súmula permite terceirizar apenas atividades-meio e proíbe terceirizar atividades-fim.

Atividades-meio são, por exemplo, limpeza, vigilância, restaurante. Estas o TST permite. Mas nem sempre é fácil de definir se uma atividade é meio ou fim. O caso emblemático e real da confusão é o da empresa que fabrica celulose e tem uma plantação de eucaliptos. Essa empresa terceirizou a extração da madeira.

Mas, como o TST considera a extração de madeira uma atividade-fim na fabricação de celulose, a empresa foi condenada. Recorreu, então, ao Supremo Tribunal Federal (STF) com dois argumentos. Primeiro, questionando a dicotomia atividade-meio x atividade-fim.

Segundo - e mais importante ainda - arguindo a inconstitucionalidade de aplicar uma súmula como se fora lei. De fato, nossa Constituição diz que apenas a lei pode obrigar ou desobrigar a prática de um ato.

Esta é a situação hoje. As empresas brasileiras reclamam - com razão - da insegurança jurídica criada pela omissão do Congresso e pela aplicação da Súmula 331.

**Pressa ou sensatez?** Os sindicatos acusam a Câmara dos Deputados de apressar a tramitação do Projeto de Lei 4.330, restringindo sua discussão. Na verdade, o texto aprovado na Câmara é resultado de mais de dez anos de muito debate e muita negociação. Se uma coisa não faltou nessa história foi discussão para chegar até aqui.



O tema foi exaustivamente debatido e o texto final contempla de forma equilibrada todos os interesses envolvidos.

Para não ter de julgar o caso da fábrica de celulose, o TST solicitou ao Congresso que cumpra seu papel, pois o caminho da regulamentação é menos arriscado que o do julgamento.

Se o TST acatar a tese da inconstitucionalidade da Súmula 331, o julgamento criaria uma situação de total liberação da terceirização, que ninguém deseja. Portanto, não se trata de pressa. O TST não pode ficar esperando indefinidamente e fez um apelo ao bom senso e ao cumprimento do dever no Congresso.

**A terceirização precariza?** Segundo os sindicatos, a ampliação da terceirização a todas as atividades na empresa reduziria os salários, aumentaria a jornada de trabalho, a frequência de acidentes e a rotatividade. Mas esse argumento se baseia numa manipulação simplória de dados.

Os trabalhadores são divididos em duas categorias: os terceirizados e os contratados, e os dois grupos são comparados por meio dos respectivos indicadores médios, como se fossem dois grupos comparáveis.

Na verdade, os trabalhadores terceirizados são menos escolarizados, ocupam, em geral, cargos de menor qualificação e em atividades com maior risco e menor comprometimento.

Isso ocorre, provavelmente, em razão da aplicação da Súmula 331, que limita as atividades passíveis de terceirização, em geral, as menos qualificadas. Descontadas as diferenças no perfil dos dois grupos, o resultado é muito diferente: salário médio e demais indicadores se tornam muito semelhantes.

Entre os que se opõem à terceirização, há ainda muita desinformação. Até entre certas autoridades públicas, que afirmam publicamente serem os terceirizados trabalhadores informais.

Na verdade, os terceirizados são contratados no regime da CLT, com carteira assinada, direito a férias, FGTS, etc., assim como os trabalhadores diretos. Há também alarmismo. Os opositores da terceirização dizem que, regulamentada a matéria, as empresas demitiriam em massa seus atuais empregados e os recontratariam como pessoas jurídicas (PJ), retirando-lhes todos os direitos trabalhistas. Na verdade, o Projeto 4.330 proíbe a "pejotização", que continuará sendo uma fraude do ponto de vista trabalhista.

Infelizmente, a mistura de desinformação, manipulação e interesses não revelados está atrapalhando o esclarecimento da opinião pública neste tema tão importante. É hora de interromper a precarização do debate.

**\* Hélio Zylberstajn - É professor associado sênior da FEA/USP**

## **Brasil terá que dobrar sistema elétrico nos próximos anos**

29/05/2015- Fonte: Exame

O Brasil terá que dobrar seu sistema elétrico nos próximos 15 a 20 anos para atender as necessidades de energia do país, disse o secretário de planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, nesta quinta-feira. De acordo com uma estimativa apresentada por ele durante o Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico (Enase), Ventura explicou que se o mercado elétrico brasileiro crescer na

média esperada de 4,5 por cento nos próximos 15 anos a oferta de eletricidade terá que dobrar em relação aos atuais 140 mil megawatts.

Se o nível de demanda for mais lento, e o mercado crescer apenas 3,5 por cento, o sistema elétrico nacional terá que dobrar em cerca de 20 anos, afirmou.

O secretário disse que o Brasil precisará apostar em diversas fontes de energia nos próximos anos para poder dobrar o tamanho da oferta e defendeu a expansão da hidroeletricidade no país.

Segundo ele, o Ministério de Minas e Energia está empenhado para realizar até o final deste ano o leilão da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, no Pará. "Não trabalhamos com a hipótese de não ser realizado (...) o leilão seria no fim desse ano", disse ele.

Na avaliação do secretário, Tapajós é fundamental para o aumento da oferta de energia no Brasil e faz parte de um programa de expansão da geração no norte do Brasil que inclui as hidrelétricas Jirau, Santo Antônio e Belo Monte.

"(A usina de Tapajós) É a última fronteira da hidroeletricidade e precisamos dar continuidade para atender a nossa necessidade na próxima década", disse ele.

O secretário reforçou ainda a perspectiva de que a usina Belo Monte entrará em operação em 2016 e destacou que a produção da hidrelétrica, que terá potência instalada de cerca de 11 mil megawatts, será fundamental para atender a demanda de energia do país nos próximos três anos.

## **Governo central acumula em 2015 pior economia fiscal em 14 anos**

29/05/2015- Fonte: Reuters

O governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência Social) registrou superávit primário de 10,086 bilhões de reais em abril, quase 40 por cento menor em relação ao obtido igual mês de 2014 e apresentando no primeiro quadrimestre de 2015 o pior resultado fiscal em 14 anos, num dado que evidencia a dificuldade de cumprimento da meta de superávit.

No acumulado do ano até o mês passado, a economia feita para o pagamento de juros estava positiva em 14,593 bilhões de reais, 50,9 por cento inferior ao superávit primário registrado no primeiro quadrimestre do ano passado. Foi a mais baixa economia no acumulado de janeiro a abril desde 2001, quando havia sido de 13,213 bilhões de reais.

A meta de superávit primário de 2015 para o setor público consolidado é de 66,3 bilhões de reais, equivalente a 1,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Desse total, o governo central responde por 55,3 bilhões de reais.

"Existe a necessidade de readequação das despesas e receitas, que no primeiro quadrimestre não performaram bem", disse o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive.

O resultado de abril foi obtido por meio de um superávit do Tesouro de 13,276 bilhões de reais, enquanto Previdência Social e Banco Central tiveram as contas negativas em 3,112 bilhões de reais e 78,4 milhões de reais, respectivamente.

No mês passado, a receita líquida do governo central somou 99,198 bilhões de reais, 3,3 por cento acima do verificado em abril de 2014.

Já a despesa cresceu mais, atingindo 89,112 bilhões de reais, 12,2 por cento maior em relação a abril do ano passado, influenciada por gastos elevados com o pagamento de benefícios trabalhistas, subsídios e subvenções e despesas com o custeio da máquina pública.

Saintive disse que o governo ainda está pagando despesas herdadas do ano passado e que isso impacta os resultados.

O maior avanço da despesa em relação à receita mantém acesa a luz amarela sobre a capacidade do governo em cumprir a meta de superávit.

Para atingir o alvo, o governo coloca em prática um forte ajuste das contas públicas formado por propostas de mudanças em alguns gastos obrigatórios, reversão de desonerações e recomposição de tributos.

Em mais um reforço para o reequilíbrio das contas, o governo anunciou contingenciamento de gasto público de 69,950 bilhões de reais na última sexta-feira. Já nesta semana, o Congresso aprovou as medidas provisórias 664 e 665 que alteram regras de acesso a benefícios previdenciários e trabalhistas, mas com modificações que reduzem o impacto originalmente esperado com as medidas.

#### PETROBRAS NÃO AJUDA COM DIVIDENDOS

As contas fiscais de abril mostraram ainda que a Petrobras completou um ano sem transferência de dividendos à União.

Sem o reforço da petroleira e baixas transferências por parte das demais estatais, a receita com dividendos caiu 72,9 por cento no primeiro quadrimestre, a 2,234 bilhões de reais.

A cota parte de compensações financeiras - que inclui pagamento de royalties-- também registrou queda significativa nos primeiros quatro meses do ano, de 34,2 por cento, para 10,641 bilhões de reais, explicada pela desvalorização do preço do barril do petróleo no mercado internacional, segundo Saintive.

Para este ano, a estimativa para essa receita foi reduzida para 32,4 bilhões de reais ante 50,4 bilhões de reais projetados anteriormente.

Com essas duas importantes fontes de recursos escassas, e também com a fraca arrecadação tributária, Saintive disse que conta com uma melhora das receitas apenas no fim do ano, com a perspectiva de melhor reação da economia.

#### **Fabricante de motos Enfield mira novos mercados para acelerar crescimento**

29/05/2015- Fonte: Reuters

A icônica fabricante de motos Royal Enfield, controlada pela indiana Eicher Motors, está planejando uma investida em mercados da América Latina e do Sudeste Asiático para impulsionar os lucros, disse à Reuters na quinta-feira o presidente-executivo Siddhartha Lal.

A companhia, que fabrica a "cult" Bullet e é uma das mais antigas fabricantes de motos, já exporta algumas motocicletas intermediárias para países nestas regiões, mas agora planeja aumentar as redes de vendas locais e pode até mesmo pensar em montar unidades de produção no futuro, disse Lal.

"Tudo que for preciso, em nossa visão, para se tornar bem-sucedido nesse mercado, nós vamos fazer", disse Lal à Reuters na recém-inaugurada loja do grupo em Nova Délhi. "Queremos adotar uma abordagem estratégica que não está centrada em exportar algumas motocicletas a partir daqui. É sobre ser um player significativo nesse mercado", disse ele, sem detalhar quanto a companhia vai investir.

A empresa começou no ano passado a vender as motos na Colômbia, que segundo Lal pode logo se tornar seu maior mercado fora da Índia, e a companhia planeja agora entrar na Indonésia e na Tailândia.

A empresa também busca maneiras de entrar no Brasil, embora altas tarifas de importação signifiquem que a companhia precisará olhar para a montagem de uma fábrica própria ou da parceira com um fabricante local.

"Eventualmente, se quisermos ser um grande player no Brasil é inevitável fabricar", disse Lal, acrescentando que a companhia precisará pensar em um plano similar para o Sudeste Asiático, devido a altos custos de importação.

### **Sandvik Coromant assina acordo de cooperação com Hanna Tools**

29/05/2015- Fonte: CIMM

Por meio da parceria com a Hanna Tools, a Sandvik Coromant pretende desenvolver e fortalecer ainda mais os negócios globais no segmento automotivo. A cooperação em andamento entre a Sandvik Coromant e a Hanna Tools, principalmente no Brasil, tem sido mutuamente benéfica para ambas as empresas: a introdução do portfólio da Hanna Tools para uma base mais ampla de clientes e uma oferta mais completa da Sandvik Coromant no segmento automotivo.

O objetivo é continuar a desenvolver e oferecer soluções de engenharia líderes mundiais para a indústria automotiva global, principalmente para usinagem de alumínio e ferros fundidos.

Ambas as companhias estão hoje ativas e oferecem soluções específicas para usinagem das principais peças desse setor. Soluções que são caracterizadas por avançadas ferramentas de engenharia de precisão e que requerem competência específica de engenharia.

A Hanna Tools possui tecnologias e soluções exclusivas e junto com a presença global da Sandvik Coromant completa um programa competitivo e dedicado aos principais clientes e fabricantes de máquinas.

Isso, aliado à nossa competência em engenharia, soluções inovadoras e novas tecnologias nos permite alavancar e aprimorar nossa oferta para a indústria automotiva global.

Klas Forsström, presidente da Sandvik Coromant declara que "a cooperação existente entre Sandvik Coromant e Hanna Tools nos leva a novas oportunidades de negócios. Com essa parceria, pretendemos desenvolver e fortalecer ainda mais os negócios globais dentro do segmento automotivo".

Eduardo Hanna, CEO da Hanna Tools anuncia que "a consolidação e expansão dessa parceria com a Sandvik Coromant possibilita à Hanna Tools promover sua marca e expertise em âmbito global.

Além disso, também nos permite acessar as mais novas tecnologias de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos".

## CNI: 'Indústria não pode ser sacrificada pelo ajuste fiscal'

29/05/2015- Fonte: BBC Brasil

A indústria brasileira está "pronta para contribuir" com os esforços de ajuste fiscal do governo, mas não concorda com alguns rumos que essa política tem seguido, disse à BBC Brasil o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

Em entrevista na segunda-feira (25) na Cidade do México, onde integra a delegação que acompanha a visita de Estado da presidente Dilma Rousseff ao país, Andrade afirmou que o Brasil precisa do ajuste fiscal promovido pelo governo para voltar a crescer, mas criticou a revisão de políticas que favorecem a indústria.

"Nós da indústria estamos prontos a contribuir, mas não (concordamos) com tirar as condições que a indústria colocou como sendo necessárias para sermos competitivos no exterior", afirmou Andrade.

Na terça-feira (26), Andrade foi abordado por jornalistas nos corredores do Palácio Nacional mexicano durante o encontro de Dilma com o presidente mexicano, Enrique Peña Nieto. Os repórteres repercutiram a notícia de que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, estaria insatisfeito com os cortes de gastos neste ano e desejava uma economia maior.

"Ele quer o nosso pescoço agora? Já teve um corte de R\$ 70 bilhões e ainda quer mais?", indagou Andrade.

'Sacrifício'

À BBC Brasil, o presidente da CNI disse que a indústria está disposta a contribuir com a economia dos gastos, mas não quer ser prejudicada além do necessário.

"O ajuste faz parte das condições necessárias para crescermos no futuro com sustentabilidade. Temos de fazer um sacrifício. É um dever de todos os setores, não só da indústria, mas dos serviços, da agricultura", disse.

"Nós da indústria estamos prontos a contribuir, mas não (concordamos) com tirar as condições que a indústria colocou como sendo necessárias para sermos competitivos no exterior."

Em particular, ele criticou duas propostas do governo capitaneadas por Levy que integram o ajuste fiscal. Uma delas - em tramitação no Congresso - é reduzir a desoneração da folha de pagamentos, política que nos últimos anos diminuiu a cobrança de contribuições previdenciárias de empresas brasileiras para evitar demissões.

"Essas desonerações sempre foram negociadas com o governo, e a função delas não é levar subsídios às indústrias, mas reduzir o custo do trabalho no Brasil, que é muito elevado não pelos salários, mas por encargos trabalhistas", disse o empresário.

Em fevereiro, o ministro da Fazenda classificou as desonerações de uma "brincadeira" que custa R\$ 25 bilhões aos cofres brasileiros por ano e afirmou que ela não alcançou os efeitos desejados.

A outra proposta criticada pelo presidente da CNI é a redução do papel do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Levy tem defendido diminuir os empréstimos subsidiados do banco, que inflam os gastos do governo.

"Você acaba com o BNDES e quem o vai substituir? Que mecanismos vamos ter para não só a indústria, mas a infraestrutura, os projetos brasileiros serem levados à frente?", questiona Andrade.

"O BNDES é o único banco de financiamento de longo prazo de investimentos no Brasil. Ele financia investimentos em infraestrutura com 20, 30 anos de prazo, e a indústria nacional com 6, 8 anos. Isso não existe nos bancos comerciais."

'Principais mercados'

Andrade integra a comitiva de empresários que acompanha a presidente Dilma Rousseff em sua visita de Estado ao México. Ele elogia a iniciativa e diz que, depois de abrir mercados importantes em todo o mundo, é hora de o governo brasileiro voltar a focar nos seus principais parceiros.

"O Brasil tem hoje poucos acordos comerciais, e isso é um dificultante para as exportações brasileiras e investimentos de empresas do Brasil no exterior. Acho que agora o governo está sentindo a necessidade de ampliar esses acordos", afirmou.

"Claro que há acordos com países da África que são importantes, mas nós empresários queremos os principais mercados. O dos Estados Unidos, do Japão, da União Europeia, do México."

### **Produtos industrializados ficam 0,31% mais caros em abril, na saída das fábricas**

29/05/2015- Fonte: CIMM

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a variação de preços dos produtos na saída das fábricas, descontados impostos e frete, registrou uma inflação de 0,31% em abril deste ano. A taxa é inferior à observada em março deste ano (1,86%), mas superior à registrada em abril de 2014, quando houve uma deflação (queda de preços) de 0,41%.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice acumula taxa de 2,47% no ano e de 5,63% no acumulado de 12 meses.

Quatorze das 23 atividades industriais pesquisadas tiveram alta de preços em seus produtos em abril deste ano. Entre as atividades que tiveram mais impacto na taxa de inflação do mês estão outros produtos químicos (com inflação de 3,5%) e refino de petróleo e produtos de álcool (com taxa de 1,14%).

Outros destaques no IPP de abril foram para as atividades de produtos de metal (2,83%), minerais não-metálicos (2,26%), farmacêutica (2,18%) e têxtil (1,96%).

As principais atividades que contribuíram para frear a inflação em abril foram os alimentos, com deflação de 0,91%, e a metalurgia, com deflação de 1,11%. A maior queda de preços, no entanto, foi observada nos equipamentos de informática (-3,14%).

### **Quase 40 países já proíbem doações de empresas a campanhas políticas**

29/05/2015- Fonte: BBC Brasil

O debate sobre o financiamento empresarial de campanhas no Brasil ganhou novo fôlego recentemente com as denúncias de que propinas cobradas em contratos da Petrobras acabavam irrigando, via doações oficiais, partidos políticos e candidatos.

Mas, nesta quarta-feira, a Câmara dos Deputados aprovou, por 330 votos a 141, proposta de emenda constitucional que mantém o financiamento de partidos políticos por pessoas jurídicas, com a diferença que o modelo poderá, agora, ser incluído na Constituição.

A proposta ainda precisa ser votada mais uma vez na Câmara e duas no Senado Federal para passar a valer. Alguns parlamentares pressionam para que seja determinado um limite máximo para as doações, o que seria definido por uma outra lei.

A tentativa de incluir na Constituição Federal as doações de empresas é uma reação ao julgamento sobre o tema pelo Supremo Tribunal Federal. A corte analisa se as doações de empresas são inconstitucionais, e a maioria dos ministros já se pronunciou pela proibição. No entanto, o julgamento está há mais de um ano parado por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes.

### **A crescente preocupação com o assunto não é exclusividade do Brasil.**

E, na contramão do que foi decidido pela Câmara brasileira, um monitoramento internacional sobre financiamentos de campanha em 180 países, que vem sendo realizado há 15 anos pelo Instituto Internacional pela Democracia e Assistência Eleitoral (Idea, na sigla em inglês), indica uma tendência mundial de aumento - ainda que lento - da restrição a doações empresariais.

A proposta de eliminar ou reduzir drasticamente o financiamento de campanhas por empresas não busca apenas atacar o problema da corrupção, observa o diretor da área de Partidos Políticos do Idea, Sam van der Staak.

O princípio central que norteia essas medidas é a preocupação com a influência desproporcional que as empresas teriam sobre o Estado por causa dos volumosos recursos destinados a eleger políticos, seja no Executivo ou no Legislativo.

No Brasil, discussão sobre proibição voltou a ganhar força após escândalo da Petrobras

"Em todo o mundo, a política se tornou um negócio caro, em tal magnitude que o dinheiro é hoje uma das maiores ameaças à democracia", afirma um relatório de janeiro do instituto.

Segundo Staak, o número de países que banuiu completamente o financiamento por empresas cresceu levemente nos últimos quinze anos. Já a criação de limites para as doações "tem sido discutida de forma mais ativa em muitos países", nota ele.

### **Propostas**

Os números oficiais mostram que hoje as empresas são as principais financiadoras da disputa eleitoral no Brasil. Nas últimas eleições, partidos e candidatos arrecadaram cerca de R\$ 5 bilhões de doações privadas, quase na sua totalidade feitas por empresas.

Por outro lado, campanhas e partidos receberam no ano passado R\$ 308 milhões de recursos públicos por meio do Fundo Partidário, enquanto o tempo "gratuito" de televisão custou R\$ 840 milhões aos cofres da União por meio de isenção fiscal para os canais de TV.

Alguns movimentos sociais estão à frente de uma proposta que visa proibir totalmente o financiamento por empresas - dessa forma as campanhas seriam bancadas exclusivamente por recursos públicos e pequenas doações de pessoas físicas.



Outra proposta, encampada pelo Instituto Ethos e alguns cientistas políticos, prevê que as doações por empresas continuem sendo permitidas, mas que haja um teto baixo para essas transferências.

O objetivo, com isso, é reduzir o poder de influência de cada financiador - já que haveria mais doadores transferindo valores semelhantes.

Uma das propostas sobre doações por empresas prevê que haja um teto baixo para essas

## **Transferências**

O Instituto Ethos foi criado para incentivar práticas socialmente responsáveis no setor privado. Ele tem 585 empresas associadas, entre elas grandes doadoras de campanhas eleitorais como os bancos Bradesco, Itaú e Santander, a construtora WTorre, a rede de frigoríficos Marfrig, e até mesmo empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato, como Camargo Corrêa e Odebrecht.

O instituto defende hoje a adoção de regras que limitem drasticamente as doações por empresas e mesmo a proibição nos casos de companhias que tenham contratos com governos ou sejam sócias de bancos públicos.

Se tal proibição existisse hoje, atingiria diretamente o grupo JBS, maior doador da campanha de 2014. Tendo o BNDES como sócio, o grupo destinou mais de R\$ 350 milhões a diferentes políticos na eleição do ano passado e foi também o maior apoiador tanto da campanha da presidente Dilma Rousseff, como da de seu principal adversário, o tucano Aécio Neves.

"A eleição (brasileira) está virando quase que um plano de negócios de mercado", afirma Jorge Abrahão, presidente do Instituto Ethos, fazendo referência a um instrumento do mundo corporativo usado para definir os objetivos de uma empresa e o que será feito para alcançá-los.

"Os estudos que fazemos indicam que a eleição a cada ano fica mais cara e o número de votos que os partidos recebem é proporcional aos recursos que eles ganham (de empresas). Na medida em que você limita (as doações), você vai diminuir o peso desse poder econômico", acrescenta Abrahão.

Levantamentos dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Estadão* com base nas milhares de declarações de candidatos ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) indicam que, em 2014, as doações privadas foram quase o dobro do valor arrecadado em 2006 (cerca de R\$ 5 bilhões no ano passado contra R\$ 2,6 bilhões em 2006, já atualizado pela inflação).

Sam van der Staak, do Idea, nota que as eleições brasileiras são relativamente caras. Segundo levantamento do instituto, o valor gasto em média por voto aqui (US\$ 19,90) é cinco vezes maior do que no México (US\$ 4,20) e o dobro do que na Costa Rica (US\$ 9,60), países onde as doações de empresas são proibidas.

## **Pelo mundo**

O banco de dados do Idea - organização intergovernamental que hoje tem status de observadora na ONU - revela que 39 países proíbem doações de empresas para candidatos, como México, Canadá, Paraguai, Peru, Colômbia, Costa Rica, Portugal, França, Polônia, Ucrânia e Egito. O mais novo integrante do grupo pode ser a Espanha, que atualmente estuda adotar a medida.

Outros 126 países permitem o financiamento de candidatos por empresas, como Brasil, Reino Unido, Itália, Alemanha, Noruega, Argentina, Chile, Venezuela e praticamente toda a África e a Ásia.

A proibição formal, porém, nem sempre impede que o capital corporativo encontre outras formas de influenciar o jogo político, nota Staak.

Os Estados Unidos, por exemplo, proíbem doações diretas de empresas, mas como elas são autorizadas a fazer suas próprias campanhas a favor e contra candidatos, na prática os efeitos da restrição são nulos.

Tampouco a corrupção desaparece de uma hora para outra. Um relatório do instituto aponta que o número de infrações detectadas em doações políticas em Portugal cresceu fortemente desde o ano 2000, quando o país proibiu o financiamento empresas.

Em parte, isso é reflexo da fiscalização mais dura que também foi implementada no período, nota o documento. Mas, por outro lado, também observou-se o desenvolvimento de práticas para burlar as restrições às doações privadas, como lista de doadores fantasmas.

Monitoramento internacional sobre financiamentos de campanha em 180 países indica uma tendência mundial de aumento da restrição sobre as doações empresariais

"A corrupção tem muito a ver com as atitudes culturais. Muitos países que são menos corruptos (como Noruega e Suécia), até recentemente, não tinha sequer muitas das leis necessárias para conter escândalos de financiamento político. As reformas devem, portanto, ter o objetivo de tornar mais difícil as doações irregulares e ficar sempre um passo à frente dessas práticas", afirma Staak.

Defensor da proibição do financiamento por empresas no Brasil, o filósofo Marcos Nobre reconhece que a medida não terminará com a corrupção no país como mágica, mas ainda assim defende sua adoção. "O que (a proibição) vai fazer é tornar a disputa eleitoral menos desigual e isso é bom para a democracia", nota ele.

"Para evitar o crescimento do caixa 2 (doações ilegais), o fim do financiamento por empresas tem que vir acompanhado do fortalecimento do Ministério Público e da Justiça Eleitoral", ressaltou.

### ***Limite de doações***

Já Cláudio Abramo - ex-diretor da Transparência Brasil, organização especializada em contas eleitorais - critica a proposta por considerar que ela inevitavelmente levaria ao aumento das doações ilegais e também por ver pouco espaço político para sua aprovação no Congresso.

Ele defende que a criação de limites baixos para as doações de empresas seria o melhor caminho para tornar o sistema político mais justo.

"É preciso atacar o problema principal do financiamento hoje, que é a inexistência de limites reais (ao financiamento). Então, você tem uma desigualdade imensa entre os doadores, de forma que alguns poucos ganham um poder de influência muito maior que outros doadores.

A ideia seria limitar muito drasticamente a quantidade de dinheiro que cada grupo empresarial possa dar, reduzindo, influência de cada um deles", afirma.

O levantamento do Idea mostra que 55 países restringem de alguma forma os financiamentos, seja de empresas ou pessoas físicas.

O Brasil estabelece um teto para as doações, mas a regra adotada não segue o padrão internacional e acaba sendo inócua. Enquanto a maioria dos países que têm limites estabelecem valores absolutos (por exemplo, 7,5 mil euros por pessoa, na França), aqui o teto máximo da doação é um percentual dos recursos do doador - 2% do faturamento no ano anterior, no caso das empresas, e 10% da renda, no caso das pessoas físicas. Grandes empresas e pessoas ricas, portanto, têm um potencial muito maior de influir no processo eleitoral.

### **Nippon Steel planeja elevar preço de viga de aço em julho, diz fonte**

29/05/2015- Fonte: Reuters

A Nippon Steel & Sumitomo Metal planeja aumentar em julho o preço de vigas de aço em H para seus grandes clientes em 3 mil ienes (24,19 dólares) ante junho para refletir uma demanda sólida e estoques menores, disse nesta quinta-feira uma fonte da companhia com conhecimento direto do assunto.

A Nippon Steel, segunda maior siderúrgica do mundo e grande produtora das vigas em H usadas na construção, busca aumentar os preços já que espera uma demanda crescente de grandes centros de distribuição, projetos de reconstrução em áreas metropolitanas e novas instalações de produção e pesquisa, disse a fonte.

A fonte não quis revelar o preço revisado da viga de aço em H após o aumento. No entanto, outra grande produtora desse tipo de viga no Japão, a Tokyo Steel Manufacturing, disse neste mês que manterá os preços de suas vigas em H inalterados pelo sétimo mês em junho, a 77 mil ienes (620,77 dólares).

Em comparação ao preço da viga da Tokyo Steel, o aumento de 3 mil ienes representa um preço 4 por cento maior.

Isso pode sinalizar uma nascente recuperação no setor de construção doméstica do país, que foi atingido por uma escassez de mão-de-obra qualificada em siderúrgicas e canteiros de obras, como também por inícios de construção de moradia lentos após a elevação do imposto sobre vendas em abril do ano passado.

### **Federação japonesa de aço corta projeção de produção anual no país**

29/05/2015- Fonte: Reuters

A produção de aço bruto no Japão, segundo maior produtor da liga no mundo, cairá levemente no ano até março de 2016 em comparação ao ano anterior, disse o chefe da Federação de Aço e Ferro do Japão, Koji Kakigi, nesta quinta-feira.

Diante de estoques maiores e preços em queda nas exportações, a maior siderúrgica japonesa, a Nippon Steel & Sumitomo Metal, cortou em 9 por cento sua produção de aço bruto no período de abril a junho ante o trimestre anterior, enquanto a segunda maior produtora da liga, a JFE Holdings, reduziu sua produção entre 4 a 5 por cento.

Kakigi agora espera que a produção de aço bruto do país some entre 107 milhões e 108 milhões de toneladas neste ano - abaixo da previsão anterior de cerca de 110 milhões de toneladas, similar à produção no ano passado.

"Aparentemente, agora levará mais tempo para que os estoques sejam ajustados a um nível adequado", disse Kakigi, em coletiva de imprensa.

## **Exportação brasileira de aço cresce, mas excedente de aço no mundo preocupa setor**

29/05/2015- Fonte: Sictel

Os embarques de aços brasileiros no primeiro trimestre deste ano totalizaram 2,8 milhões de toneladas e US\$ 1,8 bilhão, que, quando comparados ao mesmo período de 2014, representa um aumento, respectivamente, de 39,5% em volume e de 21,6% em valor, os dados foram informados por Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil, que justificou a alta "devido à remessa de placas semiacabadas".

O índice de alta também foi verificado na exportação de aços brasileiros. De acordo com os dados do Instituto, em 2014 a exportação foi de US\$ 9,78 bilhões, enquanto que neste ano foi estimada em US\$ 13,5 bilhões, uma previsão de aumento de 38%.

No entanto, Mello Lopes, relaciona este aumento a questões pontuais, como as operações casadas de empresas (CSA e a Gerdau Açominas) que são obrigadas a exportar placas por questões contratuais.

Contudo, o executivo declara que nem sempre os números foram baseados nestas operações casadas, segundo ele, o Brasil já foi um forte exportador de aço, "chegando a representar 17% do superávit da balança "e houve épocas em que cerca de 50% de nossa produção estava voltada para o exterior".

Mas o cenário começou a mudar quando o excedente de capacidade instalada de aço no mundo começou a crescer e a China ganhou espaço nas negociações internacionais de aço.

Atualmente, essa capacidade instalada chega a 700 milhões de toneladas e só a China participa com 400 milhões de toneladas.

"A importação de aço chinês pelos brasileiros era de 1,3% em 2000 e no ano passado fechou em 52%, razão de sobra para que fique claro ser cada vez mais difícil para nossas empresas participar do mercado internacional", declarou.

## **Preço do minério de ferro sobe com queda de estoques na china**

29/05/2015- Fonte: O Estado de S. Paulo

Os contratos do minério de ferro atingiram seu maior nível em quase três meses, influenciados pela queda dos estoques nos maiores portos da China, que levaram traders a especular sobre uma possível escassez de curto prazo da commodity.

Segundo o índice fornecido pelo provedor de dados The Steel Index, o preço do minério de ferro subiu a US\$ 62,60 por tonelada na quarta-feira, alta de 0,8% ante a terça-feira e o maior patamar desde 2 de março.

Os estoques da commodity vem diminuindo na China ao passo que os fabricantes de aço estão elevando os seus próprios estoques. Isso resulta em uma certa escassez para alguns tipos específicos de minério, dizem analistas. A quantidade de minério estacionada nos portos chineses recuou a 84,9 milhões de toneladas na semana passada, ante cerca de 100 milhões no início do ano.

"O suprimento está um pouco apertado", avaliou o analista do Goldman Sachs, Christian Lelong, lembrando que as importações da commodity recuaram cerca de 4% em abril ante o mesmo mês do ano passado.

A alta do preço do minério de ferro surpreende o analista Georgi Slavov, da corretora Marex Spectron. Ele nota que o preço do frete para a China tem aumentado recentemente. Isto pode indicar um maior número de navios com destino à segunda maior economia do mundo, o que reduzir as chances de escassez, acredita.

Embora o preço da commodity tenha se recuperado nos últimos meses, ele ainda continua cerca de 40% mais baixo em relação ao ano passado. Analistas também avaliam que os preços devem voltar a cair no terceiro trimestre, tipicamente um período mais de demanda mais fraca.

## **Novos Projetos de Lei**

29/05/2015- Fonte: O Estado de S. Paulo

- Novos Projetos de Lei Federal
- Interesse Geral da Indústria
- Regulamentação da Economia
- Direito de Propriedades e Contratos